

**LÍNGUA PORTUGUESA E ESCOLARIZAÇÃO
NAS CIDADES DE CACHOEIRA, MURITIBA E SÃO FÉLIX:
CRIAÇÃO DE ESCOLAS E PERFIL DO EDUCANDO.**

Anderson Luiz Mota Pinheiro (UFBA)

almopinheiro@hotmail.com

Emília Helena P. M. de Souza (UFBA)

emiliahelena.pm@gmail.com

Erick Nunes Santos (UFBA)

ericknunessantos@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho se insere no campo de investigação sobre a história social linguística do Brasil, no que tange à formação do português brasileiro, e o papel da escolarização (MATTOS E SILVA, 2004). Pretende-se, sob uma perspectiva histórica, apresentar a pesquisa que tem sido desenvolvida sobre três cidades que compõem o Recôncavo Baiano, quais sejam Cachoeira, São Félix e Muritiba, no que diz respeito ao processo de escolarização, no período compreendido entre os séculos XVI ao XIX. Para a realização deste trabalho, fez-se o levantamento histórico dos municípios referidos, inclusive de dados demográficos, das escolas existentes no período supracitado, das populações atendidas, buscando o perfil do educando, quanto à etnia e perfil socioeconômico. Atentando-se (também) para os dados referentes à demografia das cidades pesquisadas, os resultados, mesmo que parciais, mostram o quanto a educação formal esteve, durante muito tempo, restrita a pequenos grupos da sociedade. Outro fator observado diz respeito à instabilidade quanto ao funcionamento das escolas. Assim, a escola, importante instrumento de coerção linguística, esteve afastada de uma grande parcela da população das cidades estudadas. Trata-se, este trabalho, de um estudo bibliográfico e documental. Para análise dos dados sócio-históricos, o método é qualitativo.

Palavras-chave: Língua portuguesa. Escolarização. Escola. Ensino. Português.

1. Introdução

Esta pesquisa tem como ponto de partida a atuação dos jesuítas, nas três cidades do Recôncavo Baiano referidas. Durante mais de duzentos anos, estes religiosos tiveram uma significativa atuação na educação brasileira, estabeleceram colégios e seminários, nas mais diversas regiões, incluindo o Recôncavo. Em 1759, o cenário da educação da colônia sofreu significativas mudanças, a partir do decreto pombalino, que expulsou os jesuítas. O Recôncavo Baiano, durante séculos, desempenhou importante papel para o estado da Bahia, sobretudo na economia. Dada a fertilidade de seu terreno, esta região atraiu ricos colonos e desenvolveu-se a partir do século XVI, com a instalação de engenhos e alambiques.

Diante de tal desenvolvimento, esta região alcançou grande prestígio no cenário nacional, principalmente Cachoeira, chegando a ser considerada como a cidade mais rica da região (SCHWARTZ, 1985). Nesta cidade, foi fundado o Seminário de Belém, em 1686, sendo um importante centro educacional do país. São Félix e Muritiba são cidades que cresceram em torno de Cachoeira em virtude de seu crescimento econômico. No primeiro momento, pertenciam à Cachoeira, sendo desmembradas no século XIX.

2. Breve histórico das cidades

As cidades pesquisadas estão localizadas no estado da Bahia, mais precisamente, na região do Recôncavo Baiano. São cidades que foram povoadas no século XVI. As informações coletadas nos levam a concluir que esta região, durante séculos, desempenhou importante papel para a Bahia, sobretudo na economia. Cortada pelo rio Paraguaçu, que deságua na Baía de Todos os Santos, a cidade de Cachoeira veio a alcançar destaque no cenário nacional em virtude de sua condição portuária. Embora não pudesse receber navios de grande porte, foi um importante porto para o escoamento de produtos, especialmente o açúcar: “Além da exportação para fora da colônia, também eram vendidas para as povoações que se estendiam até o alto do sertão, em direção ao norte de Minas Gerais, bem como para o Sul da Bahia” (MELLO, 2001, p. 30). Devido a esta condição, esta região atraiu um grande contingente populacional, destacando-se frente às outras cidades do estado.

A cidade de São Félix teve uma participação importante frente ao progresso da cidade de Cachoeira:

São Félix nasceu do outro lado do rio Paraguaçu defronte a Cachoeira porque o que vinha dos lados de Minas Gerais e do Rio de Contas embarcava-se aí e desembarcava o que ia nesta direção, pois ainda não existia a ponte de ferro (OTT, 1996, p. 65).

A freguesia de São Félix foi apenas criada em 1857, desmembrada da freguesia do Monte, cuja matriz ficava do outro lado do Paraguaçu (*idem*). Em 1859, esta localidade já possuía uma notável fábrica de charutos. Outra importante localidade que compõe o cenário dessa pesquisa é a cidade de Muritiba, uma região que nasceu sob a invocação de São Pedro Velho do Monte da Muritiba, cuja freguesia foi criada em 1705 por Sebastião Monteiro de Vide, 5º arcebispo da Bahia e primaz do Brasil (CARDOSO, 2012, p. 21). A vila de Muritiba veio a ser emancipada

no século XX, de acordo com a lei nº 1349, de 08 de agosto de 1919, que elevou Muritiba à categoria de vila e município, como território desmembrado do de São Félix.

3. A escolarização no Recôncavo Baiano: a ação dos jesuítas

Durante dois séculos, os jesuítas consolidaram um sistema de ensino que fora implantado nas mais diversas regiões do Brasil, e por isso são considerados, por muitos historiadores, os primeiros educadores. Quando aqui chegaram, em 1549, a colônia “[...] encontrava-se inteiramente despreparada em matéria de instrução, não só do chamado “gen-
tio” como, igualmente, dos filhos dos colonos”. (NISKIER, 2001, p. 22).

Segundo Casimiro (2008), estes religiosos chegaram ao Brasil com a incumbência de ensinar aos pequenos índios, tanto as primeiras letras e o Evangelho, como rudimentos do ensino profissional. Devido à dificuldade para acesso aos aldeamentos indígenas, os jesuítas criaram as aldeias administradas, “onde se ministrava aos filhos dos índios o duplo ensino da doutrina e do abecedário” (LEITE, 1938, p. 25). Eram espaços situados próximos das cidades e vilas habitadas por portugueses. Estas aldeias eram habitadas por índios catequizados, afastados de suas aldeias originais (NUNES, 2007, p. 57). Em Cachoeira, há registros de um aldeamento, criado em 1560 e estava situado na localidade de Santiago do Iguape. “Esta foi a última das quatro grandes aldeias fundadas depois da vinda de Mem de Sá, pouco antes de sua partida para o sul” (LEITE, 1938, p. 54). Nesta aldeia havia cerca de 4.000 almas, acredita-se que esteve em funcionamento até 1564, período de grande fome e fuga dos índios (*Idem*, p. 55).

Em muitos casos, os índios e mestiços recebiam uma educação voltada para o aprendizado de ofícios desprestigiados na sociedade civil e muitas dessas pessoas “[...] conseguiam trabalho como aprendizes de ofícios mecânicos aqui instalados e, no caso das mulheres, muitas vezes estas aprendiam ofícios domésticos” (CASIMIRO, 2008). Os escravos também foram incluídos nesse processo de ensino:

Os d’Angola criados em Loanda são mais capazes de aprender ofícios mecânicos, que os das outras partes já nomeados. Entre os Congos há também alguns bastante industriais, e bons não só para o serviço da canna, mas para oficinas, e para o menea da casa. (ANTONIL, 1923, p. 85)

Os engenhos também podem ser considerados como possíveis ambientes de ensino, podemos perceber que nos engenhos havia:

[...] o capelão, a quem se há de encomendar o ensino de tudo o que pertence à vida cristã, para, desta sorte, satisfazer à maior das obrigações que tem, a qual he de doutrinar, ou mandar doutrinar a família e escravos”. E se o capelão “houver de ensinar aos filhos do senhor de engenho, se lhe acrescentará o que for justo e correspondente ao trabalho. (*Idem*, p. 77)

A partir do século XVI, os jesuítas iniciam a criação de externatos e seminários. Em 1686 foi criado o seminário de Belém, pelo padre jesuíta Alexandre Gusmão, nos termos de Cachoeira, sendo o primeiro colégio interno do Brasil (SILVA, 2008). Neste seminário, o aprendizado consistia em ler, escrever, contar, gramática e humanidades, excluindo-se a leitura de filosofia. havia duas classes de latim, uma de arte e outra de latinidade e retórica, conforme a capacidade dos ouvintes, segundo a ordem das classes da companhia, além da classe da solfa, que deveria ser ministrada por um secular. (SANTOS, 2007, p.32)

Como podemos perceber, este seminário fornecia uma educação formal com o currículo diversificado. Esta instituição alcançou grande prestígio, a ponto de ser considerado o principal centro de ensino do país (MELLO, 2001). Por este Seminário, passaram cerca de 1.500 alunos (SILVA, 2008, *apud* LEITE, 2004), entretanto, disponível para as famílias mais ricas, pois era necessário o pagamento de cinquenta mil réis por ano, importância muito elevada, que só pessoa mais abastada podia pagar. Portanto, conforme Santos (2007, p. 32), temos o perfil dos alunos, que frequentavam esta instituição:

- filhos dos nobres senhores de engenhos: meninos que não passassem de doze ou treze anos, e não deveriam permanecer nele por mais do que cinco ou seis anos;
- os candidatos deveriam ser investigados acerca dos costumes e da pureza de sangue, excluindo totalmente os que têm qualquer mácula de sangue judeu, e até o 3º grau inclusive os que têm alguma mistura de sangue da terra, a saber, de índios ou de negros mulatos ou mestiços.
- Não se admitia meninos nascidos “na Cidade da Baía”, ou que estudassem nos “Pátios do colégio da dita “Cidade”, pois o seminário havia sido fundado “para os meninos de fora” e a única exceção seria no caso dos pais morarem fora da cidade”.

Assim, percebermos o caráter excludente desta instituição. Além do investimento financeiro, os alunos eram selecionados por rigorosos critérios, inclusive quanto a sua etnia. Logo, temos o retrato de uma edu-

cação que mantinha a perpetuação das desigualdades sociais, pois a grande maioria da população composta por índios, mestiços e escravos estava alijada dos processos políticos e administrativos da colônia. A escolarização, fator importante para proporcionar a inserção nesses processos, não foi permitida aos escravos e até mesmo aos forros, no período que perdurou até a segunda metade do século XIX (MATTOS E SILVA, 2000).

3.1. O decreto pombalino e a estatização do ensino

No ano de 1759, o ministro de D. José, rei de Portugal, Marquês de Pombal fez uma reforma na educação, que mudou o cenário do processo educacional, em Portugal e em todas as suas colônias. Esse decreto é a primeira tentativa da coroa portuguesa para promover a educação desvinculada da igreja, a saber, o ensino leigo. Promoveu o fechamento dos seminários jesuíticos, inclusive o Seminário de Belém. Posteriormente a essa medida, outras foram tomadas com o objetivo de estruturação de um sistema educacional, a exemplo da criação do Diretor Geral dos estudos.

Essas iniciativas representavam a esperança de um ensino acessível a todos, uma vez que a educação formal ministrada pelos colégios jesuíticos, como já foi mencionado, estava voltada para um seletivo grupo da sociedade. Com a expulsão dos Jesuítas, a colônia não ficou totalmente desprovida de educadores como alguns defendem, uma vez que existiam outras ordens religiosas, tais como os carmelitas e franciscanos, dentre outras, as quais atuavam no sistema de educação da colônia, além do mais, havia outros espaços em que aconteciam aulas particulares, principalmente, nos locais onde os jesuítas não se estabeleceram (CALMON, 1935).

O diretório pombalino também estabeleceu a língua portuguesa como oficial na colônia, devendo ela ser ensinada nas escolas. Entretanto, a instrução pública ainda não estava estruturada. Um dos fatores que dificultaram o estabelecimento do ensino leigo se dava, pela dificuldade em encontrar professores capacitados, ao passo que refletia na dificuldade de abertura de novas escolas. Um importante passo para a mudança desse quadro foi a lei outorgada em 06 de novembro de 1772, conhecida como a Lei e Mapa dos Estudos Menores e Instrução aos Professores. Assim,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

[...] nas principais cidades cream-se as primeiras cadeiras régias. Abrem-se, ao mesmo tempo, classes de primeiras letras e curso de latim, gramática portuguesa, geometria, matemáticas elementares, geografia, retórica, filosofia e grego. (CALMON, 1935, p. 26).

Essa medida representava a tentativa do governo de organização do ensino na colônia. Na Bahia, houve uma previsão para a abertura de 10 escolas públicas, no total. Nas cidades de Cachoeira e Muritiba, de acordo com o professor Luís Vilhena (1969), trinta anos após a criação dessa lei, aproximadamente, havia em funcionamento: uma cadeira de gramática latina e uma escola de primeiras letras na vila da Cachoeira; uma escola de primeiras letras na freguesia de Muritiba. Uma das grandes questões a ser analisadas é se o número de escolas conseguia atender a essas localidades, uma vez que a população do Recôncavo Baiano, em 1774, era de 85.891 habitantes, em 1780, crescera para 102.853. (SCHWARTZ, 1988, p. 88)

Para a manutenção das aulas régias, o governo instituiu o subsídio literário, com o qual seriam pagos os mestres nomeados pelo governo, os professores régios. Esta cobrança “deveria proporcionar o funcionamento das Aulas Régias destinadas ao ensino de primeiras letras, de gramática latina, de filosofia e de grego, perdurou até o ano de 1816” (NISKIER, 1989, *apud* NUNES, 2006, p. 61). Entretanto, havia situações em que alguns dos professores não recebiam há mais de dois anos (VILHENA, 1969, p. 284). Por esse motivo, não é surpreendente a dificuldade para a consolidação das leis que tratavam sobre o ensino. Esses fatores podem ter contribuído para a manutenção das dificuldades de acesso à educação formal pela população menos favorecida economicamente. Assim, a escola, importante instrumento para a coerção linguística, ainda se mantinha distante da grande maioria da população das cidades estudadas.

Em 1824, período em que o país já havia alcançado a independência, a primeira constituição outorgada por D. Pedro I previa o ensino primário gratuito nas escolas. Em 15 de outubro de 1827, foi outorgada a lei que determinava em seu primeiro artigo: “Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias” (*APB, Livro de Decretos Gerais* 1827). Atendendo aos requisitos dessa lei, o conselho geral da província baiana determinou os locais onde algumas dessas escolas seriam estabelecidas:

Nas Villas da Comarca duas ditas ma povoação da Freguezia da Villa da Cachoeira, sendo huma para meninas. Huma dita no Arraial de S. Félix. Huma dita no de Belem, no convento dos extinctos jezuitas. Huma dita na Povoação da Freguezia de S. Thiago do Iguape (AMARAL, 1923, p. 59).

A partir dos dados acima mencionados, temos a previsão para abertura de cinco escolas, porém não sendo contemplada a cidade de Muritiba. Um ano após a determinação dessa lei, temos as seguintes escolas:

ANO	ESCOLAS	MUNICÍPIOS			
		CACHOEIRA	SÃO FELIX	MURITIBA	
1828	Primeiras Letras	3 nacionais		1 colégio de órfãos.	4
		8 particulares	1 particular		9
	Gramática Latina	1 nacional			1
		2 particulares			2
1832	Existentes	2			2
	Recém-criadas	14 (1 feminina)		1 masculina	15

(Fonte: NUNES, 2006)

Como podemos notar, na cidade de Cachoeira havia 04 escolas nacionais em funcionamento. Como já foi visto, o professor Luís Vilhena (1969) mencionou, em 1759, a existência de uma escola de primeiras letras e uma de gramática latina. Desse modo, podemos inferir, conforme dados da tabela, que essas escolas ainda estavam em funcionamento. Por outro lado, a escola de Muritiba, não mais existia. Em São Félix, ainda não havia sido cumprida a determinação da província baiana. Também há de se notar a presença de escolas particulares, em Cachoeira havia uma maior quantidade, 08 de primeiras letras e duas de gramática latina; em São Félix apenas 01 de primeiras letras e nenhuma em Muritiba.

4. Considerações finais

Os estudos em questão mostram o quanto a educação formal esteve, durante muito tempo, restrita a pequenos grupos da sociedade. Outro fator observado, diz respeito à instabilidade quanto ao funcionamento das escolas. Isso pelo fato de que temos que considerar que, naquele momento histórico, um professor atuante significava uma escola. No momento em que faltava o professor, a escola se extinguía. Assim, a escola, importante instrumento de coerção linguística, esteve afastada de uma grande parte da população das cidades estudadas. Sem considerar que os negros,

escravos e mesmo os forros eram proibidos de a frequentarem.

Deste modo, percebemos que a ausência da ação da escola, permitiu ao português falado no Brasil traços característicos, resultantes do contato de populações que aqui conviveram, e que grande parte esteve fora da ação da escola, esses, os africanos e afro-descendentes, foram os grandes difusores do português geral brasileiro, antecedente histórico do atualmente designado português popular. (MATTOS E SILVA, 2004, p. 102). São traços que, nos dias atuais, compõem o atual cenário da língua falada por uma grande maioria da população brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIL, Andre João. *Cultura e opulência do Brasil: por suas drogas e minas*. São Paulo: Editora Proprietária, 1923 Taunay.

BRITO Nelson. *Muritiba: resgatando sua história*. Muritiba: JM gráficas & Editora LTDA, 2012.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Portugália, 1945, 5 v.

LUZ, José Augusto; SILVA, José Carlos (Orgs.). *História da educação na Bahia*. Salvador: Arcádia, 2008.

MATTOS E SILVA, R. V. *Ensaio para uma socio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

MELLO, Francisco José de. *História da cidade da Cachoeira*. Cachoeira: Radami, 2001.

NISKIER, Arnaldo. *Educação brasileira: 500 anos de história*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2001.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. A obra catequética dos indígenas pelos jesuítas na Bahia. *Revista do IGHB*, Bahia, Salvador, v. 102, p. 55-80, 2007.

_____. A situação educacional baiana no final do 1º império brasileiro. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, vol. 167, n. 431, p. 223-256, abr./jun., 2006.

OTT, Carlos. *O povoamento do Recôncavo pelos engenhos – 1536-1888*. Bahia: Bigraf, 1996.